

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção
sobre a Estrutura Institucional do Mercosul
- Protocolo de Ouro Preto -

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas "Estados Partes",

Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

Conscientes da importância dos avanços alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul;

Atentos para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas;

Reconhecendo o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição,

Acordam:

Capítulo I Estrutura do Mercosul

Artigo 1

A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

- I - O Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II - O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III - A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV - A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V - O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI - A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

Artigo 2

São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

Seção I Do Conselho do Mercado Comum

Artigo 3

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

Artigo 4

O Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes.

Artigo 5

A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

Artigo 6

O Conselho do Mercado Comum reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 7

As reuniões do Conselho do Mercado Comum serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 8

São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum:

- I - Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;
- II - Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
- III - Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul.

IV - Negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;

V - Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

VI - Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;

VII - Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;

VIII - Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;

IX - Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul.

X - Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

XI - Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

Artigo 9

O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção II Do Grupo Mercado Comum

Artigo 10

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul.

Artigo 11

O Grupo Mercado Comum será integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 12

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do Mercosul.

Artigo 13

O Grupo Mercado Comum reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária, quantas vezes se fizerem necessárias, nas condições estipuladas por seu Regimento Interno.

Artigo 14

São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:

- I - Velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;
- II - Propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;
- III - Tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

IV - Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;

V - Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;

VI - Manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul no âmbito de suas competências;

VII - Negociar, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul;

VIII - Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do Mercosul;

IX - Adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária, com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;

X - Submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;

XI - Organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar.

XII - Eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIII - Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIV - Homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social;

Artigo 15

O Grupo Mercado Comum manifestar-se-á mediante Resoluções, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção III Da Comissão de Comércio do Mercosul

Artigo 16

À Comissão de Comércio do Mercosul, órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países.

Artigo 17

A Comissão de Comércio do Mercosul será integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte e será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 18

A Comissão de Comércio do Mercosul reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes.

Artigo 19

São funções e atribuições da Comissão de Comércio do Mercosul:

I - Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;

II - Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;

III - Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes;

IV - Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum;

V - Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes;

VI - Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;

VII - Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do Mercosul;

VIII - Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul;

IX - Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;

X - Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;

XI - Adotar o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

Artigo 23

A Comissão Parlamentar Conjunta será integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

Artigo 24

Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

Artigo 25

A Comissão Parlamentar Conjunta procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários.

Artigo 26

A Comissão Parlamentar Conjunta encaminhará, por intermédio do Grupo Mercado Comum, Recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

Artigo 27

A Comissão Parlamentar Conjunta adotará o seu Regimento Interno.

Seção V
Do Foro Consultivo Econômico-Social

Artigo 28

O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

Artigo 29

O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

Artigo 30

O Foro Consultivo Econômico-Social submeterá seu Regimento Interno ao Grupo Mercado Comum, para homologação.

Seção VI
Da Secretaria Administrativa do Mercosul

Artigo 31

O Mercosul contará com uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do Mercosul será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e terá sede permanente na cidade de Montevideu.

Artigo 32

A Secretaria Administrativa do Mercosul desempenhará as seguintes atividades:

I - Servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul;

II - Realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do Mercosul. Nesse contexto, lhe corresponderá:

i) Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, conforme previsto no artigo 39.

ii) Editar o Boletim Oficial do Mercosul.

III - Organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do Mercosul, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento.

IV - Informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo.

V - Registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas, bem como desempenhar outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991;

VI - Desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do Mercosul;

VII - Elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;

VIII - Apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades;

Artigo 33

A Secretaria Administrativa do Mercosul estará a cargo de um Diretor, o qual será nacional de um dos Estados Partes. Será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, prévia consulta aos Estados Partes, e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Capítulo II Personalidade Jurídica

Artigo 34

O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

Artigo 35

O Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis; comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências.

Artigo 36

O Mercosul celebrará acordos de sede.

Capítulo III
Sistema de Tomada de Decisões

Artigo 37

As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Capítulo IV
Aplicação Interna das Normas Emanadas dos
Órgãos do Mercosul

Artigo 38

Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do Mercosul as medidas adotadas para esse fim.

Artigo 39

Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

Artigo 40

A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;

ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

Capítulo V Fontes Jurídicas do Mercosul

Artigo 41

As fontes jurídicas do Mercosul são:

I - O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;

II - Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;

III - As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo 42

As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Capítulo VI Sistema de Solução de Controvérsias

Artigo 43

As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991.

Parágrafo único - Ficam também incorporadas aos Artigos 19 e 25 do Protocolo de Brasília as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 44

Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão

do atual sistema de solução de controvérsias do Mercosul, com vistas à adoção do sistema permanente a que se referem o item 3 do Anexo III do Tratado de Assunção e o artigo 34 do Protocolo de Brasília.

Capítulo VII
Orçamento

Artigo 45

A Secretaria Administrativa do Mercosul contará com orçamento para cobrir seus gastos de funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Capítulo VIII
Idiomas

Artigo 46

Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Capítulo IX
Revisão

Artigo 47

Os Estados Partes convocarão, quando julgarem oportuno, conferência diplomática com o objetivo de revisar a estrutura institucional do Mercosul estabelecida pelo presente

Protocolo, assim como as atribuições específicas de cada um de seus órgãos.

Capítulo X Vigência

Artigo 48

O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

Artigo 49

O Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 50

Em matéria de adesão ou denúncia, regerão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A adesão ou denúncia ao Tratado de Assunção ou ao presente Protocolo significam, *ipso iure*, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo e ao Tratado de Assunção.

Capítulo XI
Disposição Transitória

Artigo 51

A estrutura institucional prevista no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, assim como seus órgãos, será mantida até a data de entrada em vigor do presente Protocolo.

Capítulo XII
Disposições Gerais

Artigo 52

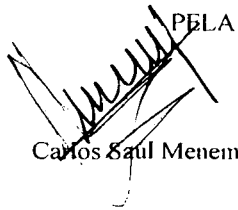
O presente Protocolo chamar-se-á "Protocolo de Ouro Preto".

Artigo 53

Ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflitem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição.

Feito na cidade de Ouro Preto, República Federativa do Brasil, aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai enviará cópia devidamente autenticada do presente Protocolo aos Governos dos demais Estados Partes.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

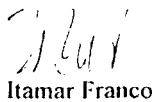


Carlos Saul Menem

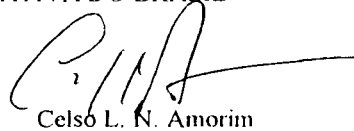


Guido Di Tella

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

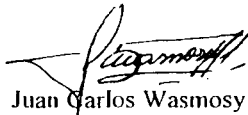


Itamar Franco



Celso L. N. Amorim

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

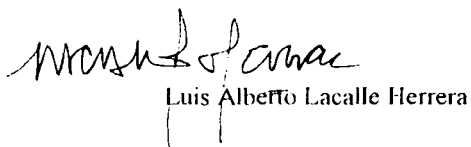


Juan Carlos Wasmosy




Luis Maria Ramirez Boettner

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI



Luis Alberto Lacalle Herrera



Sergio Abreu

ANEXO AO PROTOCOLO DE OURO PRETO

**PROCEDIMENTO GERAL PARA RECLAMAÇÕES PERANTE
A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL**

Artigo 1

As reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em reclamações de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, de acordo com o previsto no Artigo 21 do Protocolo de Ouro Preto, observarão o procedimento estabelecido no presente Anexo.

Artigo 2

O Estado Parte reclamante apresentará sua reclamação perante a Presidência Pro-Tempore da Comissão de Comércio do Mercosul, a qual tomará as providências necessárias para a incorporação do tema na agenda da primeira reunião subsequente da Comissão de Comércio do Mercosul, respeitado o prazo mínimo de uma semana de antecedência. Se não for adotada decisão na referida reunião, a Comissão de Comércio do Mercosul remeterá os antecedentes, sem outro procedimento, a um Comitê Técnico.

Artigo 3

O Comitê Técnico preparará e encaminhará à Comissão de Comércio do Mercosul, no prazo máximo de 30 dias corridos, um parecer conjunto sobre a matéria. Esse parecer, bem como as conclusões dos especialistas integrantes do Comitê Técnico, quando não for adotado parecer, serão levados em consideração pela Comissão de Comércio do Mercosul, quando esta decidir sobre a reclamação.

Artigo 4

A Comissão de Comércio do Mercosul decidirá sobre a questão em sua primeira reunião ordinária posterior ao recebimento do parecer conjunto ou, na sua ausência, as conclusões dos especialistas, podendo também ser convocada uma reunião extraordinária com essa finalidade.

Artigo 5

Se não for alcançado o consenso na primeira reunião mencionada no Artigo 4, a Comissão de Comércio do Mercosul encaminhará ao Grupo Mercado Comum as diferentes alternativas propostas, assim como o parecer conjunto ou as conclusões dos especialistas do Comitê Técnico, a fim de que seja tomada uma decisão sobre a matéria. O Grupo Mercado Comum pronunciar-se-á a respeito no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento, pela Presidência Pro-Tempore, das propostas encaminhadas pela Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 6

Se houver consenso quanto à procedência da reclamação, o Estado Parte reclamado deverá tomar as medidas aprovadas na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum. Em cada caso, a Comissão de Comércio do Mercosul ou, posteriormente, o Grupo Mercado Comum determinarão prazo razoável para a implementação dessas medidas. Decorrido tal prazo sem que o Estado reclamado tenha observado o disposto na decisão alcançada, seja na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília.

Artigo 7

Se não for alcançado consenso na Comissão de Comércio do Mercosul e, posteriormente, no Grupo Mercado Comum, ou se o

Estado reclamado não observar, no prazo previsto no Artigo 6, o disposto na decisão alcançada, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília, fato que será comunicado à Secretaria Administrativa do Mercosul.

O Tribunal Arbitral, antes da emissão de seu Laudo, deverá, se assim solicitar o Estado reclamante, manifestar-se, no prazo de até quinze (15) dias após sua constituição, sobre as medidas provisórias que considere apropriadas, nas condições estipuladas pelo Artigo 18 do Protocolo de Brasília.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**Protocolo Adicional al Tratado de Asunción sobre la
Estructura Institucional del Mercosur
- Protocolo de Ouro Preto -**

La República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, en adelante denominados “Estados Partes”,

En cumplimiento de lo dispuesto en el artículo 18 del Tratado de Asunción, del 26 de marzo de 1991;

Conscientes de la importancia de los avances alcanzados y de la puesta en funcionamiento de la unión aduanera como etapa para la construcción del mercado común;

Reafirmando los principios y objetivos del Tratado de Asunción y atentos a la necesidad de una consideración especial para los países y regiones menos desarrollados del Mercosur;

Atentos a la dinámica implícita en todo proceso de integración y a la consecuente necesidad de adaptar la estructura institucional del Mercosur a las transformaciones ocurridas;

Reconociendo el destacado trabajo desarrollado por los órganos existentes durante el período de transición,

Acuerdan:

Capítulo I
Estructura del Mercosur

Artículo 1

La estructura institucional del Mercosur contará con los siguientes órganos:

- I - El Consejo del Mercado Común (CMC);
- II - El Grupo Mercado Común (GMC);
- III - La Comisión de Comercio del Mercosur (CCM);
- IV - La Comisión Parlamentaria Conjunta (CPC);
- V - El Foro Consultivo Económico-Social (FCES);
- VI - La Secretaría Administrativa del Mercosur (SAM).

Parágrafo único - Podrán ser creados, en los términos del presente Protocolo, los órganos auxiliares que fueren necesarios para la consecución de los objetivos del proceso de integración.

Artículo 2

Son órganos con capacidad decisoria, de naturaleza intergubernamental: el Consejo del Mercado Común, el Grupo Mercado Común y la Comisión de Comercio del Mercosur.

Sección I
Del Consejo del Mercado Común

Artículo 3

El Consejo del Mercado Común es el órgano superior del Mercosur al cual incumbe la conducción política del proceso de integración y la toma de decisiones para asegurar el cumplimiento de los objetivos establecidos por el Tratado de

Asunción y para alcanzar la constitución final del mercado común.

Artículo 4

El Consejo del Mercado Común estará integrado por los Ministros de Relaciones Exteriores; y por los Ministros de Economía, o sus equivalentes, de los Estados Partes.

Artículo 5

La Presidencia del Consejo del Mercado Común será ejercida por rotación de los Estados Partes, en orden alfabético, por un período de seis meses.

Artículo 6

El Consejo del Mercado Común se reunirá todas las veces que lo estime oportuno, debiendo hacerlo por lo menos una vez por semestre con la participación de los Presidentes de los Estados Partes.

Artículo 7

Las reuniones del Consejo del Mercado Común serán coordinadas por los Ministerios de Relaciones Exteriores y podrán ser invitados a participar en ellas otros Ministros o autoridades de nivel ministerial.

Artículo 8

Son funciones y atribuciones del Consejo del Mercado Común:

I - Velar por el cumplimiento del Tratado de Asunción, de sus Protocolos y de los acuerdos firmados en su marco;

- II - Formular políticas y promover las acciones necesarias para la conformación del mercado común;
- III - Ejercer la titularidad de la personalidad jurídica del Mercosur;
- IV - Negociar y firmar acuerdos, en nombre del Mercosur, con terceros países, grupos de países y organismos internacionales. Dichas funciones podrán ser delegadas por mandato expreso al Grupo Mercado Común en las condiciones establecidas en el inciso VII del artículo 14;
- V - Pronunciarse sobre las propuestas que le sean elevadas por el Grupo Mercado Común;
- VI - Crear reuniones de ministros y pronunciarse sobre los acuerdos que le sean remitidos por las mismas;
- VII - Crear los órganos que estime pertinentes, así como modificarlos o suprimirlos;
- VIII - Aclarar, cuando lo estime necesario, el contenido y alcance de sus Decisiones;
- IX - Designar al Director de la Secretaría Administrativa del Mercosur;
- X - Adoptar Decisiones en materia financiera y presupuestaria;
- XI - Homologar el Reglamento Interno del Grupo Mercado Común.

Artículo 9

El Consejo del Mercado Común se pronunciará mediante Decisiones, las que serán obligatorias para los Estados Partes.

Sección II Del Grupo Mercado Común

Artículo 10

El Grupo Mercado Común es el órgano ejecutivo del Mercosur.

Artículo 11

El Grupo Mercado Común estará integrado por cuatro miembros titulares y cuatro miembros alternos por país, designados por los respectivos Gobiernos, entre los cuales deben constar obligatoriamente representantes de los Ministerios de Relaciones Exteriores, de los Ministerios de Economía (o equivalentes) y de los Bancos Centrales. El Grupo Mercado Común será coordinado por los Ministerios de Relaciones Exteriores.

Artículo 12

Al elaborar y proponer medidas concretas en el desarrollo de sus trabajos, el Grupo Mercado Común podrá convocar, cuando lo juzgue conveniente, a representantes de otros órganos de la Administración Pública o de la estructura institucional del Mercosur.

Artículo 13

El Grupo Mercado Común se reunirá de manera ordinaria o extraordinaria, tantas veces como fuere necesario, en las condiciones establecidas en su Reglamento Interno.

Artículo 14

Son funciones y atribuciones del Grupo Mercado Común:

- I - Velar, dentro de los límites de su competencia, por el cumplimiento del Tratado de Asunción, de sus Protocolos y de los acuerdos firmados en su marco;
- II - Proponer proyectos de Decisión al Consejo del Mercado Común;

III - Tomar las medidas necesarias para el cumplimiento de las Decisiones adoptadas por el Consejo del Mercado Común;

IV - Fijar programas de trabajo que aseguren avances para el establecimiento del mercado común;

V - Crear, modificar o suprimir órganos tales como subgrupos de trabajo y reuniones especializadas, para el cumplimiento de sus objetivos;

VI - Manifestarse sobre las propuestas o recomendaciones que le fueren sometidas por los demás órganos del Mercosur en el ámbito de sus competencias;

VII - Negociar, con la participación de representantes de todos los Estados Partes, por delegación expresa del Consejo del Mercado Común y dentro de los límites establecidos en mandatos específicos concedidos con esa finalidad, acuerdos en nombre del Mercosur con terceros países, grupos de países y organismos internacionales. El Grupo Mercado Común, cuando disponga de mandato para tal fin, procederá a la firma de los mencionados acuerdos. El Grupo Mercado Común, cuando sea autorizado por el Consejo del Mercado Común, podrá delegar los referidos poderes a la Comisión de Comercio del Mercosur;

VIII - Aprobar el presupuesto y la rendición de cuentas anual presentada por la Secretaría Administrativa del Mercosur;

IX - Adoptar Resoluciones en materia financiera y presupuestaria, basado en las orientaciones emanadas del Consejo;

X - Someter al Consejo del Mercado Común su Reglamento Interno;

XI - Organizar las reuniones del Consejo del Mercado Común y preparar los informes y estudios que éste le solicite;

XII - Elegir al Director de la Secretaría Administrativa del Mercosur;

XIII - Supervisar las actividades de la Secretaría Administrativa del Mercosur;

XIV - Homologar los Reglamentos Internos de la Comisión de Comercio y del Foro Consultivo Económico-Social.

Artículo 15

El Grupo Mercado Común se pronunciará mediante Resoluciones, las cuales serán obligatorias para los Estados Partes.

Sección III
De la Comisión de Comercio del Mercosur

Artículo 16

A la Comisión de Comercio del Mercosur, órgano encargado de asistir al Grupo Mercado Común, compete velar por la aplicación de los instrumentos de política comercial común acordados por los Estados Partes para el funcionamiento de la unión aduanera, así como efectuar el seguimiento y revisar los temas y materias relacionados con las políticas comerciales comunes, con el comercio intra-Mercosur y con terceros países.

Artículo 17

La Comisión de Comercio del Mercosur estará integrada por cuatro miembros titulares y cuatro miembros alternos por Estado Parte y será coordinada por los Ministerios de Relaciones Exteriores.

Artículo 18

La Comisión de Comercio del Mercosur se reunirá por lo menos una vez al mes o siempre que le fuera solicitado por el Grupo Mercado Común o por cualquiera de los Estados Partes.

Artículo 19

Son funciones y atribuciones de la Comisión de Comercio del Mercosur:

I - Velar por la aplicación de los instrumentos comunes de política comercial intra-Mercosur y con terceros países, organismos internacionales y acuerdos de comercio;

II - Considerar y pronunciarse sobre las solicitudes presentadas por los Estados Partes con respecto a la aplicación y al cumplimiento del arancel externo común y de los demás instrumentos de política comercial común;

III - Efectuar el seguimiento de la aplicación de los instrumentos de política comercial común en los Estados Partes;

IV - Analizar la evolución de los instrumentos de política comercial común para el funcionamiento de la unión aduanera y formular Propuestas a este respecto al Grupo Mercado Común;

V - Tomar las decisiones vinculadas a la administración y a la aplicación del arancel externo común y de los instrumentos de política comercial común acordados por los Estados Partes;

VI - Informar al Grupo Mercado Común sobre la evolución y la aplicación de los instrumentos de política comercial común, sobre la tramitación de las solicitudes recibidas y sobre las decisiones adoptadas respecto de las mismas;

VII - Proponer al Grupo Mercado Común nuevas normas o modificaciones de las normas existentes en materia comercial y aduanera del Mercosur;

VIII - Proponer la revisión de las alícuotas arancelarias de ítem específicos del arancel externo común, inclusive para contemplar casos referentes a nuevas actividades productivas en el ámbito del Mercosur;

IX - Establecer los comités técnicos necesarios para el adecuado cumplimiento de sus funciones, así como dirigir y supervisar las actividades de los mismos;

X - Desempeñar las tareas vinculadas a la política comercial común que le solicite el Grupo Mercado Común;

XI - Adoptar el Reglamento Interno, que someterá al Grupo Mercado Común para su homologación.

Artículo 20

La Comisión de Comercio del Mercosur se pronunciará mediante Directivas o Propuestas. Las Directivas serán obligatorias para los Estados Partes.

Artículo 21

Además de las funciones y atribuciones establecidas en los artículos 16 y 19 del presente Protocolo, corresponderá a la Comisión de Comercio del Mercosur la consideración de las reclamaciones presentadas por las Secciones Nacionales de la Comisión de Comercio del Mercosur, originadas por los Estados Partes o en demandas de particulares - personas físicas o jurídicas -, relacionadas con las situaciones previstas en los artículos 1 o 25 del Protocolo de Brasilia, cuando estuvieran dentro de su área de competencia.

Parágrafo primero - El examen de las referidas reclamaciones en el ámbito de la Comisión de Comercio del Mercosur no obstará la acción del Estado Parte que efectuó la reclamación, al amparo del Protocolo de Brasilia para Solución de Controversias.

Parágrafo segundo - Las reclamaciones originadas en los casos establecidos en el presente artículo se tramitarán de acuerdo con el procedimiento previsto en el Anexo de este Protocolo.

Sección IV
De la Comisión Parlamentaria Conjunta

Artículo 22

La Comisión Parlamentaria Conjunta es el órgano representativo de los Parlamentos de los Estados Partes en el ámbito del Mercosur.

Artículo 23

La Comisión Parlamentaria Conjunta estará integrada por igual número de parlamentarios representantes de los Estados Partes.

Artículo 24

Los integrantes de la Comisión Parlamentaria Conjunta serán designados por los respectivos Parlamentos nacionales, de acuerdo con sus procedimientos internos.

Artículo 25

La Comisión Parlamentaria Conjunta procurará acelerar los procedimientos internos correspondientes en los Estados Partes para la pronta entrada en vigor de las normas emanadas de los órganos del Mercosur previstos en el Artículo 2 de este Protocolo. De la misma manera, coadyuvará en la armonización de legislaciones, tal como lo requiera el avance del proceso de integración. Cuando fuere necesario, el Consejo solicitará a la Comisión Parlamentaria Conjunta el examen de temas prioritarios.

Artículo 26

La Comisión Parlamentaria Conjunta remitirá Recomendaciones al Consejo del Mercado Común, por intermedio del Grupo Mercado Común.

Artículo 27

La Comisión Parlamentaria Conjunta adoptará su Reglamento Interno.

Sección V
Del Foro Consultivo Económico-Social

Artículo 28

El Foro Consultivo Económico-Social es el órgano de **representación de los sectores económicos y sociales** y estará integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

Artículo 29

El Foro Consultivo Económico-Social tendrá función consultiva y se manifestará mediante Recomendaciones al Grupo Mercado Común.

Artículo 30

El Foro Consultivo Económico-Social someterá su Reglamento Interno al Grupo Mercado Común, para su homologación.

Sección VI
De la Secretaría Administrativa del Mercosur

Artículo 31

El Mercosur contará con una Secretaría Administrativa como órgano de apoyo operativo. La Secretaría Administrativa del Mercosur será responsable de la prestación de servicios a los demás órganos del Mercosur y tendrá sede permanente en la ciudad de Montevideo.

Artículo 32

La Secretaría Administrativa del Mercosur desempeñará las siguientes actividades:

I - Servir como archivo oficial de la documentación del Mercosur;

II - Realizar la publicación y la difusión de las normas adoptadas en el marco del Mercosur. En este contexto, le corresponderá:

i) Realizar, en coordinación con los Estados Partes, las traducciones auténticas en los idiomas español y portugués de todas las decisiones adoptadas por los órganos de la estructura institucional del Mercosur, conforme lo previsto en el artículo 39,

ii) Editar el Boletín Oficial del Mercosur.

III - Organizar los aspectos logísticos de las reuniones del Consejo del Mercado Común, del Grupo Mercado Común y de la Comisión de Comercio del Mercosur y, dentro de sus posibilidades, de los demás órganos del Mercosur, cuando las mismas se celebren en su sede permanente. En lo que se refiere a las reuniones realizadas fuera de su sede permanente, la Secretaría Administrativa del Mercosur proporcionará apoyo al Estado en el que se realice la reunión;

IV - Informar regularmente a los Estados Partes sobre las medidas implementadas por cada país para incorporar en su ordenamiento jurídico las normas emanadas de los órganos del Mercosur previstos en el Artículo 2 de este Protocolo;

V - Registrar las listas nacionales de los árbitros y expertos, así como desempeñar otras tareas determinadas por el Protocolo de Brasilia, del 17 de diciembre de 1991;

VI - Desempeñar las tareas que le sean solicitadas por el Consejo del Mercado Común, el Grupo Mercado Común y la Comisión de Comercio del Mercosur;

VII - Elaborar su proyecto de presupuesto y, una vez que éste sea aprobado por el Grupo Mercado Común, practicar todos los actos necesarios para su correcta ejecución;

VIII - Presentar anualmente su rendición de cuentas al Grupo Mercado Común, así como un informe sobre sus actividades.

Artículo 33

La Secretaría Administrativa del Mercosur estará a cargo de un Director, quien tendrá la nacionalidad de uno de los Estados Partes. Será electo por el Grupo Mercado Común, en forma rotativa, previa consulta a los Estados Partes y será designado por el Consejo del Mercado Común. Tendrá mandato de dos años, estando prohibida la reelección.

Capítulo II Personalidad Jurídica

Artículo 34

El Mercosur tendrá personalidad jurídica de Derecho Internacional.

Artículo 35

El Mercosur podrá, en el uso de sus atribuciones, practicar todos los actos necesarios para la realización de sus objetivos, en especial contratar, adquirir o enajenar bienes muebles e inmuebles, comparecer en juicio, conservar fondos y hacer transferencias.

Artículo 36

El Mercosur celebrará acuerdos de sede.

Capítulo III Sistema de Toma de Decisiones

Artículo 37

Las decisiones de los órganos del Mercosur serán tomadas por consenso y con la presencia de todos los Estados Partes.

Capítulo IV Aplicación Interna de las Normas Emanadas de los Organos del Mercosur

Artículo 38

Los Estados Partes se comprometen a adoptar todas las medidas necesarias para asegurar, en sus respectivos territorios, el cumplimiento de las normas emanadas de los órganos del Mercosur previstos en el artículo 2 de este Protocolo.

Parágrafo Unico - Los Estados Partes informarán a la Secretaría Administrativa del Mercosur las medidas adoptadas para este fin.

Artículo 39

Serán publicados en el Boletín Oficial del Mercosur, íntegramente, en los idiomas español y portugués, el tenor de las Decisiones del Consejo del Mercado Común, de las Resoluciones del Grupo Mercado Común, de las Directivas de la Comisión de Comercio del Mercosur y de los Laudos Arbitrales de solución de controversias, así como cualquier acto al cual el Consejo del Mercado Común o el Grupo Mercado Común entiendan necesario atribuirle publicidad oficial.

Artículo 40

Con la finalidad de garantizar la vigencia simultánea en los Estados Partes de las normas emanadas de los órganos del Mercosur previstos en el Artículo 2 de este Protocolo, deberá seguirse el siguiente procedimiento:

i) Una vez aprobada la norma, los Estados Partes adoptarán las medidas necesarias para su incorporación al ordenamiento jurídico nacional y comunicarán las mismas a la Secretaría Administrativa del Mercosur;

ii) Cuando todos los Estados Partes hubieren informado la incorporación a sus respectivos ordenamientos jurídicos internos, la Secretaría Administrativa del Mercosur comunicará el hecho a cada Estado Parte;

iii) Las normas entrarán en vigor simultáneamente en los Estados Partes 30 días después de la fecha de comunicación efectuada por la Secretaría Administrativa del Mercosur, en los términos del literal anterior. Con ese objetivo, los Estados Partes, dentro del plazo mencionado, darán publicidad del inicio de la vigencia de las referidas normas, por intermedio de sus respectivos diarios oficiales.

Capítulo V
Fuentes Jurídicas del Mercosur

Artículo 41

Las fuentes jurídicas del Mercosur son:

- I - El Tratado de Asunción, sus protocolos y los instrumentos adicionales o complementarios;
- II - Los acuerdos celebrados en el marco del Tratado de Asunción y sus protocolos;
- III - Las Decisiones del Consejo del Mercado Común, las Resoluciones del Grupo Mercado Común y las Directivas de la Comisión de Comercio del Mercosur, adoptadas desde la entrada en vigor del Tratado de Asunción.

Artículo 42

Las normas emanadas de los órganos del Mercosur previstos en el Artículo 2 de este Protocolo tendrán carácter obligatorio y, cuando sea necesario, deberán ser incorporadas a los ordenamientos jurídicos nacionales mediante los procedimientos previstos por la legislación de cada país.

Capítulo VI
Sistema de Solución de Controversias

Artículo 43

Las controversias que surgieran entre los Estados Partes sobre la interpretación, aplicación o incumplimiento de las disposiciones contenidas en el Tratado de Asunción, de los acuerdos celebrados en el marco del mismo, así como de las Decisiones del Consejo del Mercado Común, de las Resoluciones del Grupo Mercado Común y de las Directivas de la Comisión de Comercio del Mercosur, serán sometidas a los procedimientos de

solución establecidos en el Protocolo de Brasilia, del 17 de diciembre de 1991.

Parágrafo Unico - Quedan también incorporadas a los Arts. 19 y 25 del Protocolo de Brasilia las Directivas de la Comisión de Comercio del Mercosur.

Artículo 44

Antes de culminar el proceso de convergencia del Arancel Externo Común, los Estados Partes efectuarán una revisión del actual sistema de solución de controversias del Mercosur con miras a la adopción del sistema permanente a que se refieren el ítem 3 del Anexo III del Tratado de Asunción, y el artículo 34 del Protocolo de Brasilia.

Capítulo VII Presupuesto

Artículo 45

La Secretaría Administrativa del Mercosur contará con un presupuesto para atender sus gastos de funcionamiento y aquellos que disponga el Grupo Mercado Común. Tal presupuesto será financiado, en partes iguales, por contribuciones de los Estados Partes.

Capítulo VIII Idiomas

Artículo 46

Los idiomas oficiales del Mercosur son el español y el portugués. La versión oficial de los documentos de trabajo será la del idioma del país sede de cada reunión.

Capítulo IX
Revisión

Artículo 47

Los Estados Partes convocarán, cuando lo juzguen oportuno, a una conferencia diplomática con el objetivo de revisar la estructura institucional del Mercosur establecida por el presente Protocolo, así como las atribuciones específicas de cada uno de sus órganos.

Capítulo X
Vigencia

Artículo 48

El presente Protocolo, parte integrante del Tratado de Asunción, tendrá duración indefinida y entrará en vigor 30 días después de la fecha del depósito del tercer instrumento de ratificación. El presente Protocolo y sus instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República del Paraguay.

Artículo 49

El Gobierno de la República del Paraguay notificará a los Gobiernos de los demás Estados Partes la fecha del depósito de los instrumentos de ratificación y de la entrada en vigor del presente Protocolo.

Artículo 50

En materia de adhesión o denuncia, regirán como un todo, para el presente Protocolo, las normas establecidas por el

Tratado de Asunción. La adhesión o denuncia al Tratado de Asunción o al presente Protocolo significan, *ipso iure*, la adhesión o denuncia al presente Protocolo y al Tratado de Asunción.

Capítulo XI
Disposición Transitoria

Artículo 51

La estructura institucional prevista en el Tratado de Asunción del 26 de marzo de 1991, así como los órganos por ella creados, se mantendrán hasta la fecha de entrada en vigencia del presente Protocolo.

Capítulo XII
Disposiciones Generales

Artículo 52

El presente Protocolo se denominará “Protocolo de Ouro Preto”.

Artículo 53

Quedan derogadas todas las disposiciones del Tratado de Asunción, del 26 de marzo de 1991, que estén en conflicto con los términos del presente Protocolo y con el contenido de las Decisiones aprobadas por el Consejo del Mercado Común durante el período de transición.

Hecho en la ciudad de Ouro Preto, República Federativa del Brasil, a los diecisiete días del mes de diciembre de mil novecientos noventa y cuatro, en un original, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos. El Gobierno de la República del Paraguay enviará copia debidamente autenticada del presente Protocolo a los Gobiernos de los demás Estados Partes.

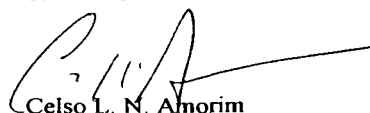
POR LA REPUBLICA ARGENTINA


Carlos Saúl Menem


Guido Di Tella

POR LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL


Itamar Franco

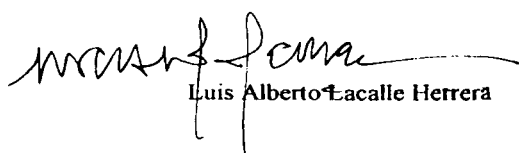

Celso L. N. Amorim

POR LA REPUBLICA DEL PARAGUAY


Juan Carlos Wasmosy


Luis María Ramírez Boettner

POR LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY


Luis Alberto Lacalle Herrera


Sergio Abreu

ANEXO AL PROTOCOLO DE OURO PRETO
PROCEDIMIENTO GENERAL PARA RECLAMACIONES
ANTE LA COMISION DE COMERCIO DEL MERCOSUR

Artículo 1

Las reclamaciones presentadas por las Secciones Nacionales de la Comisión de Comercio del Mercosur, originadas en los Estados Partes o en reclamaciones de particulares - personas físicas o jurídicas - de acuerdo con lo previsto en el artículo 21 del Protocolo de Ouro Preto, se ajustarán al procedimiento establecido en el presente Anexo.

Artículo 2

El Estado Parte reclamante presentará su reclamación ante la Presidencia Pro-Tempore de la Comisión de Comercio del Mercosur, la que tomará las providencias necesarias para la incorporación del tema en la Agenda de la primera reunión siguiente de la Comisión de Comercio del Mercosur con un plazo mínimo de una semana de antelación. Si no se adoptare una decisión en dicha reunión, la Comisión de Comercio del Mercosur remitirá los antecedentes, sin más trámite, a un Comité Técnico.

Artículo 3

El Comité Técnico preparará y elevará a la Comisión de Comercio del Mercosur, en el plazo máximo de treinta (30) días corridos, un dictamen conjunto sobre la materia. Dicho dictamen o las conclusiones de los expertos integrantes del Comité Técnico, cuando no existiera dictamen conjunto, serán tomados en consideración por la Comisión de Comercio del Mercosur, al decidir sobre la reclamación.

Artículo 4

La Comisión de Comercio del Mercosur decidirá sobre la cuestión en su primera reunión ordinaria posterior a la recepción del dictamen conjunto, o en caso de no existir éste, de las conclusiones de los expertos, pudiendo también ser convocada una reunión extraordinaria con esa finalidad.

Artículo 5

Si no se alcanzare el consenso en la primera reunión mencionada en el Artículo 4, la Comisión de Comercio del Mercosur elevará al Grupo Mercado Común las distintas alternativas propuestas, así como el dictamen conjunto o las conclusiones de los expertos del Comité Técnico, a fin de que se adopte una decisión sobre la cuestión planteada. El Grupo Mercado Común se pronunciará al respecto en un plazo de

treinta (30) días corridos, contados desde la recepción, por la Presidencia Pro-Tempore, de las propuestas elevadas por la Comisión de Comercio del Mercosur.

Artículo 6

Si hubiere consenso sobre la procedencia de la reclamación, el Estado Parte reclamado deberá adoptar las medidas aprobadas en la Comisión de Comercio del Mercosur o en el Grupo Mercado Común. En cada caso, la Comisión de Comercio del Mercosur o, posteriormente el Grupo Mercado Común, determinarán un plazo razonable para la instrumentación de dichas medidas. Transcurrido dicho plazo sin que el Estado reclamado haya cumplido con lo dispuesto en la decisión adoptada, sea por la Comisión de Comercio del Mercosur o por el Grupo Mercado Común, el Estado reclamante podrá recurrir directamente al procedimiento previsto en el Capítulo IV del Protocolo de Brasilia.

Artículo 7

Si no se lograra el consenso en la Comisión de Comercio del Mercosur y posteriormente en el Grupo Mercado Común, o si el Estado reclamado no cumpliera en el plazo previsto en el artículo 6º con lo dispuesto en la decisión adoptada, el Estado reclamante podrá recurrir directamente al procedimiento establecido en el Capítulo IV del Protocolo de Brasilia, hecho

que será comunicado a la Secretaría Administrativa del Mercosur.

El Tribunal Arbitral deberá, antes de emitir su Laudo, dentro del plazo de hasta quince (15) días contados a partir de la fecha de su constitución, pronunciarse sobre las medidas provisionales que considere apropiadas en las condiciones establecidas por el artículo 18 del Protocolo de Brasilia.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ADDITIONAL PROTOCOL TO THE TREATY OF ASUNCIÓN ON THE INSTITUTIONAL STRUCTURE OF MERCOSUR (OURO PRETO PROTOCOL)

The Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, hereinafter referred to as the "States Parties",

In compliance with the provisions of Article 18 of the Treaty of Asuncion of 26 March 1991,

Aware of the importance of the progress made and of the introduction of the customs union as a stage in the establishment of a common market,

Reaffirming the principles and objectives of the Treaty of Asuncion and mindful of the need to give special consideration to the less developed countries and regions of Mercosur,

Mindful of the forces for change inherent in any integration process and the consequent need to adapt the institutional structure of Mercosur to the transformations that have taken place,

Recognizing the outstanding achievements of the existing bodies during the transition period,

Hereby agree as follows:

Chapter I. Structure of Mercosur

Article 1

The institutional structure of Mercosur shall comprise the following organs:

- I. The Council of the Common Market (CCM);
- II. The Common Market Group (CMG);
- III. The Mercosur Trade Commission (MTC);
- IV. The Joint Parliamentary Commission (JPC);
- V. The Economic-Social Consultative Forum (ESCF);
- VI. The Mercosur Administrative Secretariat (MAS).

Sole paragraph. Auxiliary organs necessary to attain the objectives of the integration process may be established, under the terms of this Protocol.

Article 2

The following are inter-governmental organs with decision-making powers: the Council of the Common Market, the Common Market Group and the Mercosur Trade Commission.

Section I. Council of the Common Market

Article 3

The Council of the Common Market is the highest organ of Mercosur, with responsibility for the political leadership of the integration process and for making the decisions necessary to ensure the achievement of the objectives defined by the Treaty of Asunción and the final establishment of the common market.

Article 4

The Council of the Common Market shall consist of the Ministers for Foreign Affairs and the Ministers of the Economy of the States Parties, or their equivalents.

Article 5

The Presidency of the Council of the Common Market shall be rotated among the States Parties, in alphabetical order, for periods of six months.

Article 6

The Council of the Common Market shall meet whenever it deems appropriate, and at least once every six months, with the participation of the Presidents of the States Parties.

Article 7

The meetings of the Council of the Common Market shall be coordinated by the Ministers for Foreign Affairs, and other ministers or ministerial authorities may be invited to participate.

Article 8

The following are duties and functions of the Council of the Common Market:

- I. To supervise the implementation of the Treaty of Asunción, its protocols, and agreements signed within its context;
- II. To formulate policies and promote the measures necessary to build the common market;
- III. To assume the legal personality of Mercosur;
- IV. To negotiate and sign agreements, on behalf of Mercosur, with third countries, groups of countries and international organizations. These functions may be delegated, by express mandate, to the Common Market Group under the conditions laid down in paragraph VII of Article 14;
- V. To rule on proposals submitted to it by the Common Market Group;

VI. To arrange meetings of ministers and rule on agreements which those meetings refer to it;

VII. To establish the organs it considers appropriate, and to modify or abolish them;

VIII. To clarify, when it considers necessary, the substance and scope of its decisions;

IX. To appoint the Director of the Mercosur Administrative Secretariat;

X. To adopt financial and budgetary decisions;

XI. To approve the rules of procedure of the Common Market Group.

Article 9

The rulings of the Council of the Common Market shall take the form of Decisions which shall be binding upon the States Parties.

Section II: The Common Market Group

Article 10

The Common Market Group is the executive organ of Mercosur.

Article 11

The Common Market Group shall consist of four members and four alternates for each country, appointed by their respective governments, who must include representatives of the Ministries of Foreign Affairs, the Ministries of the Economy (or their equivalents) and the Central Banks. The Common Market Group shall be coordinated by the Ministries of Foreign Affairs.

Article 12

When drafting and proposing specific measures in the course of doing its work, the Common Market Group may, whenever it deems appropriate, call on representatives of other organs of government or of the institutional structure of Mercosur.

Article 13

The Common Market Group shall hold ordinary or extraordinary meetings, as often as necessary, in accordance with the terms of its rules of procedure.

Article 14

The following are duties and functions of the Common Market Group:

I. To monitor, within the limits of its competence, compliance with the Treaty of Asunción, its Protocols, and agreements signed within its framework;

II. To propose draft Decisions to the Council of the Common Market;

III. To take the measures necessary to enforce the Decisions adopted by the Council of the Common Market;

IV. To draw up programmes of work to ensure progress towards the establishment of the common market;

V. To establish, modify or abolish organs such as working groups and special meetings for the purpose of achieving its objectives;

VI. To express its views on any proposals or recommendations submitted to it by other Mercosur organs within their sphere of competence;

VII. To negotiate, with the participation of representatives of all the States Parties, when expressly so delegated by the Council of the Common Market and within the limits laid down in special mandates granted for that purpose, agreements on behalf of Mercosur with third countries, groups of countries and international organizations. When so mandated, the Common Market Group shall sign the aforementioned agreements. When so authorized by the Council of the Common Market, the Common Market Group may delegate these powers to the Mercosur Trade Commission;

VIII. To approve the budget and the annual statement of accounts presented by the Mercosur Administrative Secretariat;

IX. To adopt financial and budgetary Resolutions based on the guidelines laid down by the Council;

X. To submit its rules of procedure to the Council of the Common Market;

XI. To organize the meetings of the Council of the Common Market and to prepare the reports and studies requested by the latter;

XII. To choose the Director of the Mercosur Administrative Secretariat;

XIII. To supervise the activities of the Mercosur Administrative Secretariat;

XIV. To approve the rules of procedure of the Trade Commission and the Economic-Social Consultative Forum.

Article 15

The decisions of the Common Market Group shall take the form of Resolutions which shall be binding upon the States Parties.

Section III. The Mercosur Trade Commission

Article 16

It shall be the task of the Mercosur Trade Commission, a body responsible for assisting the Common Market Group, to monitor the application of the common trade policy instruments agreed by the States Parties in connection with the operation of the customs union, as well as to follow up and review questions and issues relating to common trade policies, intra-Mercosur trade and third countries.

Article 17

The Mercosur Trade Commission shall consist of four members and four alternates for each State Party and shall be coordinated by the Ministries of Foreign Affairs.

Article 18

The Mercosur Trade Commission shall meet at least once a month, or whenever requested to do so by the Common Market Group or any of the States Parties.

Article 19

The following are duties and functions of the Mercosur Trade Commission:

I. To monitor the application of the common trade policy instruments both within Mercosur and with respect to third countries, international organizations and trade agreements;

II. To consider and rule upon the requests submitted by the States Parties in connection with the application of and compliance with the common external tariff and other instruments of common trade policy;

III. To follow up the application of the common trade policy instruments in the States Parties;

IV. To analyse the development of the common trade policy instruments relating to the operation of the customs union and to submit Proposals in this respect to the Common Market Group;

V. To take decisions connected with the administration and application of the common external tariff and the common trade policy instruments agreed by the States Parties;

VI. To report to the Common Market Group on the development and application of the common trade policy instruments, on the consideration of requests received and on the decisions taken with respect to such requests;

VII. To propose to the Common Market Group new Mercosur trade and customs regulations or changes in the existing regulations;

VIII. To propose the revision of the tariff rates for specific items of the common external tariff, inter alia, in order to deal with cases relating to new production activities within Mercosur;

IX. To set up the technical committees needed for it to perform its duties properly, and to direct and supervise their activities;

X. To perform tasks connected with the common trade policy requested by the Common Market Group;

XI. To adopt rules of procedure to be submitted to the Common Market Group for approval.

Article 20

The decisions of the Mercosur Trade Commission shall take the form of Directives or Proposals. The Directives shall be binding upon the States Parties.

Article 21

In addition to the duties and functions described in Articles 16 and 19 of this Protocol, the Mercosur Trade Commission shall be responsible for considering complaints referred to it by the National Sections of the Mercosur Trade Commission and originated by States Parties or individuals, whether natural or legal persons, relating to the situations provided for in Article 1 or 25 of the Brasilia Protocol, when they fall within its sphere of competence.

Paragraph 1. The examination of the aforesaid complaints within the Mercosur Trade Commission shall not prevent the complainant State Party taking action under the Brasilia Protocol for the Settlement of Disputes.

Paragraph 2. Complaints arising in the circumstances described in this Article shall be dealt with in accordance with the procedure laid down in the Annex to this Protocol.

Section IV. The Joint Parliamentary Commission

Article 22

The Joint Parliamentary Commission is the organ representing the parliaments of the States Parties within Mercosur.

Article 23

The Joint Parliamentary Commission shall consist of equal numbers of members of parliament representing the States Parties.

Article 24

The members of the Joint Parliamentary Commission shall be appointed by the respective national parliaments, in accordance with their internal procedures.

Article 25

The Joint Parliamentary Commission shall endeavour to speed up the corresponding internal procedures in the States Parties in order to ensure the prompt entry into force of the decisions taken by the Mercosur organs provided for in Article 2 of this Protocol. Similarly, it shall assist with the harmonization of legislations, as required to advance the integration process. When necessary, the Council shall request the Joint Parliamentary Commission to examine priority issues.

Article 26

The Joint Parliamentary Commission shall submit Recommendations to the Council of the Common Market through the Common Market Group.

Article 27

The Joint Parliamentary Commission shall adopt its rules of procedure.
Section V. The Economic-Social Consultative Forum

Article 28

The Economic-Social Consultative Forum is the organ representing the economic and social sectors and shall consist of equal numbers of representatives from each State Party.

Article 29

The Economic-Social Consultative Forum shall have a consultative function and shall express its views in the form of Recommendations to the Common Market Group.

Article 30

The Economic-Social Consultative Forum shall submit its rules of procedure to the Common Market Group, for approval.
Section VI. The Mercosur Administrative Secretariat

Article 31

Mercosur shall have an Administrative Secretariat to provide operational support. The Mercosur Administrative Secretariat shall be responsible for providing services to the other Mercosur organs and shall be headquartered in the city of Montevideo.

Article 32

The Mercosur Administrative Secretariat shall carry out the following activities:

- I. Serve as the official archive for Mercosur documentation;
- II. Publish and circulate the decisions adopted within the framework of Mercosur. In this context, it shall;
 - Make, in coordination with the States Parties, authentic translations in Spanish and Portuguese of all the decisions adopted by the organs of the Mercosur institutional structure, in accordance with the provisions of Article 39;
 - Publish the Mercosur official journal.
- III. Organize the logistical aspects of the meetings of the Council of the Common Market, the Common Market Group and the Mercosur Trade Commission and, as far as possi-

ble, the other Mercosur organs, when those meetings are held at its headquarters. In the case of meetings held outside its headquarters, the Mercosur Administrative Secretariat shall provide support for the State in which the meeting is held;

IV. Regularly inform the States Parties about the measures taken by each country to incorporate in its legal system the decisions adopted by the Mercosur organs provided for in Article 2 of this Protocol;

V. Compile national lists of arbitrators and experts, and perform other tasks defined in the Brasilia Protocol of 17 December 1991;

VI. Perform tasks requested by the Council of the Common Market, the Common Market Group and the Mercosur Trade Commission;

VII. Draw up its draft budget and, once this has been approved by the Common Market Group, do everything necessary to ensure its proper implementation;

VIII. Submit its statement of accounts annually to the Common Market Group, together with a report on its activities.

Article 33

The Mercosur Administrative Secretariat shall be headed by a Director who shall be a national of one of the States Parties. He shall be chosen by the Common Market Group, on a rotating basis, after consultation with the States Parties and shall be appointed by the Council of the Common Market. His term of office shall be two years and he may not be re-elected.

Chapter II. Legal Personality

Article 34

Mercosur shall possess legal personality of international law.

Article 35

In the exercise of its functions, Mercosur may take whatever action may be necessary to achieve its objectives, in particular sign contracts, buy and sell personal and real property, appear in court, hold funds and make transfers.

Article 36

Mercosur shall make headquarters agreements.

Chapter III. Decision-making System

Article 37

The decisions of the Mercosur organs shall be taken by consensus and in the presence of all the States Parties.

Chapter IV. Internal Applications of the Decisions Adopted by Mercosur Organs

Article 38

The States Parties undertake to take all the measures necessary to ensure, in their respective territories, compliance with the decisions adopted by the Mercosur organs provided for in Article 2 of this Protocol. Sole paragraph. The States Parties shall inform the Mercosur Administrative Secretariat of the measures taken to this end.

Article 39

The content of the Decisions of the Council of the Common Market, the Resolutions of the Common Market Group, the Directives of the Mercosur Trade Commission and the Dispute Settlement Arbitration Rulings shall be published in full, in Spanish and Portuguese, in the Mercosur official journal, together with any instrument which, in the view of the Council of the Common Market or the Common Market Group requires official publicity.

Article 40

In order to ensure the simultaneous entry into force in the States Parties of the decisions adopted by the Mercosur organs provided for in Article 2 of this Protocol, the following procedure must be followed:

I. Once the decision has been adopted, the States Parties shall take the necessary measures to incorporate it in their domestic legal system and inform the Mercosur Administrative Secretariat.

II. When all the States Parties have reported incorporation in their respective domestic legal systems, the Mercosur Administrative Secretariat shall inform each State Party accordingly.

III. The decisions shall enter into force simultaneously in the States Parties 30 days after the date of the communication made by the Mercosur Administrative Secretariat, under the terms of the preceding subparagraph. To this end, the States Parties shall, within the time-limit mentioned, publish the entry into force of the decisions in question in their respective official journals.

Chapter V. Legal Sources of Mercosur

Article 41

The legal sources of Mercosur are:

- I. The Treaty of Asunción, its protocols and the additional or supplementary instruments;
- II. The agreements concluded within the framework of the Treaty of Asunción and its protocols;
- III. The Decisions of the Council of the Common Market, the Resolutions of the Common Market Group and the Directives of the Mercosur Trade Commission adopted since the entry into force of the Treaty of Asunción.

Article 42

The decisions adopted by the Mercosur organs provided for in Article 2 of this Protocol shall be binding and, when necessary, must be incorporated in the domestic legal systems in accordance with the procedures provided for in each country's legislation.

Chapter VI. Dispute Settlement System

Article 43

Disputes which arise between the States Parties concerning the interpretation, application or non-fulfilment of the provisions of the Treaty of Asunción and the agreements concluded within its framework or of Decisions of the Council of the Common Market, Resolutions of the Common Market Group and Directives of the Mercosur Trade Commission shall be subject to the settlement procedures laid down in the Brasilia Protocol of 17 December 1991.

Sole paragraph. The Directives of the Mercosur Trade Commission are also incorporated in Articles 19 and 25 of the Brasilia Protocol.

Article 44

Before the Common External Tariff convergence process is complete, the States Parties shall review the present Mercosur dispute settlement system with a view to adopting the permanent system referred to in paragraph 3 of Annex III to the Treaty of Asunción and Article 34 of the Brasilia Protocol.

Chapter VII. Budget

Article 45

The Mercosur Administrative Secretariat shall have a budget to cover its operating expenses and the expenses authorized by the Common Market Group. This budget shall be funded by equal contributions from the State Parties.

Chapter VIII. Languages

Article 46

The official languages of Mercosur are Spanish and Portuguese. The official version of the working documents shall be that in the language of the country hosting the meeting.

Chapter IX. Review

Article 47

When they consider it opportune, the States Parties shall convene a diplomatic conference for the purpose of reviewing the institutional structure of Mercosur established by the present Protocol and the specific functions of each of its organs.

Chapter X. Entry into Force

Article 48

This Protocol, which forms an integral part of the Treaty of Asunción, shall be of unlimited duration and shall enter into force 30 days after the date of deposit of the third instrument of ratification. The Protocol and its instruments of ratification shall be deposited with the Government of the Republic of Paraguay.

Article 49

The Government of the Republic of Paraguay shall notify the Governments of the other States Parties of the date of deposit of the instruments of ratification and of entry into force of this Protocol.

Article 50

With regard to accession and denunciation, the rules established by the Treaty of Asunción shall apply to this Protocol in their entirety. Accession to or denunciation of the Treaty of Asunción or this Protocol shall imply, ipso jure, accession to or denunciation of this Protocol and the Treaty of Asunción.

Chapter XI. Transitional Provision

Article 51

The institutional structure provided for in the Treaty of Asunción of 26 March 1991 and the organs it created shall be maintained until this Protocol enters into force.

Chapter XII. General Provisions

Article 52

This Protocol shall be called the "Ouro Preto Protocol".

Article 53

All the provisions of the Treaty of Asunción of 26 March 1991 which conflict with the terms of this Protocol or with the content of the Decisions adopted by the Council of the Common Market during the transition period are hereby repealed.

Done at the city of Ouro Preto, Federative Republic of Brazil, on 17 December 1994, in one original in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic. The Government of Paraguay shall send an authenticated copy of this Protocol to the Governments of the other States Parties.

Argentine Republic:

CARLOS SAUL MENEM
GUIDO DI TELLA

Federative Republic of Brazil:

ITAMAR FRANCO
CELSO L. N. AMORIM

Republic of Paraguay:

JUAN CARLOS WASMOSY
LUIS MARIA RAMIREZ BOETTNER

Eastern Republic of Uruguay:

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA
SERGIO ABREU

ANNEX TO THE PROTOCOL OF OURO PRETO

General Procedure for Complaints to the Mercosur Trade Commission

Article 1

Complaints submitted by the National Sections of the Mercosur Trade Commission and originated by States Parties or individuals, whether natural or legal persons, in accordance with the provisions of Article 21 of the Protocol of Ouro Preto shall be subject to the procedure laid down in this Annex.

Article 2

The complainant State Party shall submit its complaint to the Pro-Tempore Chairman of the Mercosur Trade Commission who shall take the necessary steps to include the question on the Agenda of the next meeting of the Mercosur Trade Commission at least one week beforehand. If no decision is taken at that meeting, the Mercosur Trade Commission shall, without taking further action, pass on the dossier to a Technical Committee.

Article 3

Within a maximum of thirty (30) calendar days, the Technical Committee shall prepare and submit to the Mercosur Trade Commission a joint opinion on the question. This opinion or the conclusions of the experts making up the Technical Committee, if there is no joint opinion, shall be taken into consideration by the Mercosur Trade Commission when it rules on the complaint.

Article 4

The Mercosur Trade Commission shall rule on the complaint at its first ordinary meeting following receipt of the joint opinion or, should there be none, the conclusions of the experts, although an extraordinary meeting may also be convened for the purpose.

Article 5

If a consensus cannot be reached at the first meeting mentioned in Article 4, the Mercosur Trade Commission shall submit to the Common Market Group the various alternatives proposed, together with the joint opinion or the conclusions of the experts on the Technical Committee, in order that an appropriate decision may be taken. The Common Market Group shall give a ruling within thirty (30) calendar days of the receipt by the Pro-Tempore Chairman of the proposals submitted by the Mercosur Trade Commission.

Article 6

If there is agreement that the complaint is justified, the State Party against which it is made shall adopt the measures approved in the Mercosur Trade Commission or the Common Market Group. In each case, the Mercosur Trade Commission or, subsequently, the Common Market Group shall fix a reasonable period for the implementation of these measures. If this period expires without the State against which the complaint is made having complied with the provisions of the decision adopted, whether by the Mercosur Trade Commission or the Common Market Group, the complainant State may resort directly to the procedure provided for in Chapter IV of the Brasilia Protocol.

Article 7

If a consensus cannot be reached in the Mercosur Trade Commission, or subsequently, in the Common Market Group or if the State against which the complaint is made does not comply within the period provided for in Article 6 with the provisions of the decision adopted, the complainant State may resort directly to the procedure established in Chapter IV of the Brasilia Protocol and shall inform the Mercosur Administrative Secretariat accordingly.

Before giving a ruling, within fifteen (15) days of its being set up, the Arbitration Tribunal must announce the interim measures it considers appropriate under the conditions laid down in Article 18 of the Brasilia Protocol.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

PROTOCOLE ADDITIONNEL AU TRAITÉ D'ASUNCION SUR LA STRUCTURE INSTITUTIONNELLE DU MERCOSUR

PROTOCOLE D'OUTO PRETO

La République argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale de l'Uruguay, ci-après dénommées les " États Parties ";

En application des dispositions de l'article 18 du Traité d'Asunción, signé le 26 mars 1991;

Conscientes de l'importance des progrès accomplis et de l'instauration de l'union douanière en tant qu'étape vers l'édification du Marché commun;

Réaffirmant les principes et objectifs du Traité d'Asunción et convaincues qu'il est nécessaire d'accorder une attention particulière aux pays et régions les moins avancés du MERCOSUR;

Tenant compte de la dynamique inhérente à tout processus d'intégration et de la nécessité qui en découle d'adapter la structure institutionnelle du MERCOSUR en fonction des transformations survenues;

Saluant l'uvre remarquable accomplie par les organes existants pendant la période de transition;

Conviennent :

CHAPITRE PREMIER. STRUCTURE DU MERCOSUR

Article premier

La structure institutionnelle du MERCOSUR est composée des organes suivants :

- I. Le Conseil du Marché commun (CMC);
- II. Le Groupe du Marché commun (GMC);
- III. La Commission du commerce du MERCOSUR (CCM);
- IV. La Commission parlementaire conjointe (CPC);
- V. Le Forum consultatif économique et social (FCES);
- VI. Le Secrétariat administratif du MERCOSUR (SAM).

Paragraphe unique - Peuvent être créés, aux termes du présent Protocole, les organes auxiliaires qui sont nécessaires à la réalisation des objectifs d'intégration.

Article 2

Le Conseil du Marché commun, le Groupe du Marché commun et la Commission du commerce du MERCOSUR sont des organes de décision d'ordre intergouvernemental.

Section 1. Conseil du Marché commun

Article 3

Le Conseil du Marché commun, organe suprême du MERCOSUR, est chargé de conduire la politique d'intégration et de prendre des décisions afin d'atteindre les objectifs fixés dans le Traité d'Asunción et d'instituer définitivement le Marché commun.

Article 4

Le Conseil du Marché commun se compose des Ministres des relations extérieures des États Parties et des Ministres de l'économie ou de ministres ayant des attributions équivalentes.

Article 5

La présidence du Conseil du Marché commun est assurée à tour de rôle et suivant l'ordre alphabétique par chaque État Partie pendant une période de six mois.

Article 6

Le Conseil du Marché commun se réunit chaque fois qu'il le juge opportun, et au moins une fois par semestre avec la participation des Présidents des États Parties.

Article 7

Les réunions du Conseil du Marché commun sont coordonnées par les Ministres des relations extérieures; peuvent être invités à y participer d'autres ministres ou responsables de rang ministériel.

Article 8

Le Conseil du Marché commun a les fonctions et attributions suivantes :

- I. Veiller à l'application du Traité d'Asunción, de ses protocoles et des accords signés dans le cadre dudit Traité;
- II. Formuler les politiques et promouvoir les actions nécessaires à l'instauration du Marché commun;
- III. Exercer la personnalité juridique du MERCOSUR;

IV. Négocier et signer des accords, au nom du MERCOSUR, avec des pays tiers, des groupes de pays et des organismes internationaux. Ces fonctions peuvent être déléguées, sur mandat exprès, au Groupe du Marché commun, dans les conditions définies au paragraphe VII de l'article 14;

V. Se prononcer sur les propositions dont il est saisi par le Groupe du Marché commun;

VI. Organiser des réunions de ministres et se prononcer sur les accords que celles-ci lui soumettent;

VII. Créer les organes qu'il juge utiles, les modifier ou les dissoudre;

VIII. Préciser, lorsqu'il le juge nécessaire, le contenu et la portée de ses décisions;

IX. Désigner le Directeur du Secrétariat administratif du MERCOSUR;

X. Adopter des décisions d'ordre financier et budgétaire;

XI. Approuver le règlement intérieur du Groupe du Marché commun.

Article 9

Le Conseil du Marché commun se prononce au moyen de décisions qui ont force exécutoire pour les États Parties.

Section II. Groupe du Marché commun

Article 10

Le Groupe du Marché commun est l'organe exécutif du MERCOSUR.

Article 11

Le Groupe du Marché commun est composé de quatre membres titulaires et de quatre membres suppléants par pays, nommés par leur gouvernement respectif et parmi lesquels doivent obligatoirement figurer des représentants des Ministères des relations extérieures, des Ministères de l'économie (ou organismes équivalents) et des banques centrales. Le Groupe du Marché commun est coordonné par les Ministères des relations extérieures.

Article 12

Aux fins d'élaborer et de proposer des mesures concrètes dans l'exercice de ses fonctions, le Groupe du Marché commun peut, lorsqu'il le juge approprié, inviter des représentants d'autres organismes publics ou d'autres organes formant la structure institutionnelle du MERCOSUR.

Article 13

Le Groupe du Marché commun se réunit en session ordinaire ou extraordinaire, autant que de besoin, selon les conditions établies dans son règlement intérieur.

Article 14

Le Groupe du Marché a les fonctions et attributions suivantes :

- I. Veiller, dans les limites de sa compétence, à l'application du Traité d'Asunción, de ses protocoles et des accords signés dans le cadre dudit Traité;
- II. Proposer des projets de décision au Conseil du Marché commun;
- III. Prendre les mesures nécessaires à l'exécution des décisions adoptées par le Conseil du Marché commun;
- IV. Établir des programmes de travail de nature à progresser vers l'établissement du Marché commun;
- V. Créer, modifier ou dissoudre les organes tels que sous-groupes de travail et réunions spécialisées, en vue de la réalisation de ses objectifs;
- VI. Se prononcer, dans ses domaines de compétence, sur les propositions ou recommandations dont il est saisi par les autres organes du MERCOSUR;
- VII. Négocier, avec la participation de représentants de tous les États Parties, par délégation expresse du Conseil du Marché commun et dans les limites fixées aux termes de mandats qui lui sont spécifiquement assignés à cette fin, des accords au nom du MERCOSUR avec des pays tiers, des groupes de pays et des organismes internationaux. Le Groupe du Marché commun procède à la signature desdits accords lorsqu'il y est habilité. Avec l'autorisation du Conseil du Marché commun, le Groupe du Marché commun peut déléguer les pouvoirs susvisés à la Commission du commerce du MERCOSUR;
- VIII. Approuver le budget et la reddition annuelle des comptes présentée par le Secrétariat administratif du MERCOSUR;
- IX. Adopter des résolutions d'ordre financier et budgétaire, en se fondant sur les orientations émises par le Conseil;
- X. Soumettre son règlement intérieur au Conseil du Marché commun;
- XI. Organiser les réunions du Conseil du Marché commun et élaborer les rapports et études demandés par celui-ci;
- XII. Élire le Directeur du Secrétariat administratif du MERCOSUR;
- XIII. Superviser les activités du Secrétariat administratif du MERCOSUR;
- XIV. Approuver les règlements intérieurs de la Commission du commerce et du Forum consultatif économique et social.

Article 15

Le Groupe du Marché commun se prononce au moyen de résolutions qui sont exécutoires pour les États Parties.

Section III. Commission du commerce du MERCOSUR

Article 16

La Commission du commerce du MERCOSUR, organe chargé d'appuyer les travaux du Groupe du Marché commun, est chargée de veiller à l'application des instruments de la politique commerciale commune convenus par les États Parties en vue du fonctionnement de l'union douanière, ainsi que de suivre et d'évaluer les questions et sujets relatifs aux politiques commerciales communes, au commerce intérieur du MERCOSUR et au commerce avec les pays tiers.

Article 17

La Commission du commerce du MERCOSUR, qui est composée de quatre membres titulaires et de quatre membres suppléants par État Partie, est coordonnée par les Ministères des relations extérieures.

Article 18

La Commission du commerce du MERCOSUR se réunit au moins une fois par mois, ou chaque fois que le Groupe du Marché commun ou tout État Partie le demande.

Article 19

La Commission du commerce du MERCOSUR a les fonctions et attributions suivantes :

I. Veiller à l'application des instruments communs relatifs à la politique commerciale conclus entre les pays membres du MERCOSUR ainsi qu'avec des pays tiers, des organismes internationaux et des accords de commerce;

II. Examiner les demandes présentées par les États Parties en ce qui concerne l'application et le respect du tarif douanier commun et des autres instruments de la politique commerciale commune et se prononcer à leur sujet;

III. Assurer le suivi de l'application des instruments de la politique commerciale commune dans les États Parties;

IV. Analyser l'évolution des instruments de la politique commerciale commune pour le fonctionnement de l'union douanière et saisir le Groupe du Marché commun de propositions en la matière;

V. Prendre les décisions relatives à l'administration et à l'application du tarif extérieur commun et des instruments de la politique commerciale commune convenus par les États Parties;

VI. Rendre compte au Groupe du Marché commun de l'évolution et de l'application des instruments de la politique commerciale commune, de la suite donnée aux demandes reçues et des décisions prises à leur égard;

VII. Proposer au Groupe du Marché commun de nouvelles règles ou modifications aux règles existantes du MERCOSUR en matière commerciale et douanière;

VIII. Proposer la révision des contingents tarifaires de certains produits relevant du tarif extérieur commun, y compris pour prendre en compte de nouvelles activités de production dans le cadre du MERCOSUR;

IX. Créer les comités techniques nécessaires à la bonne exécution de ses fonctions ainsi qu'en diriger et en superviser les activités;

X. Accomplir les tâches relatives à la politique commerciale commune, que lui confie le Groupe du Marché commun;

XI. Adopter son règlement intérieur et le soumettre à l'approbation du Groupe du Marché commun.

Article 20

La Commission du commerce du MERCOSUR se prononce au moyen de directives ou de propositions. Ses directives ont force exécutoire pour les États Parties.

Article 21

Outre les fonctions et attributions que lui confèrent les articles 16 et 19 du présent Protocole, la Commission du commerce du MERCOSUR connaît des recours présentés par ses sections nationales et formulées par les États Parties ou par des particuliers (personnes physiques ou morales), concernant les situations prévues aux articles premier ou 25 du Protocole de Brasilia, si elles relèvent de son domaine de compétence.

Paragraphe 1. Le fait que la Commission du commerce du MERCOSUR soit saisie d'un recours n'empêche pas l'État Partie demandeur d'intenter une action en application du Protocole de Brasilia pour le règlement des différends.

Paragraphe 2. Les recours relatifs aux cas visés par le présent article sont réglés conformément à la procédure prévue en annexe au présent Protocole.

Section IV. Commission parlementaire conjointe

Article 22

La Commission parlementaire conjointe est l'organe représentatif des parlements des États Parties dans le cadre du MERCOSUR.

Article 23

La Commission parlementaire conjointe est composée d'un nombre égal de parlementaires représentant les États Parties.

Article 24

Les membres de la Commission parlementaire conjointe sont désignés par les parlements nationaux respectifs, conformément à leur règlement intérieur.

Article 25

La Commission parlementaire conjointe a pour tâche d'accélérer les procédures internes correspondantes dans les États Parties en vue de l'entrée en vigueur rapide des règles arrêtées par les organes du MERCOSUR visés à l'article 2 du présent Protocole. De même, elle contribue à l'harmonisation des législations, comme l'exige l'évolution du processus d'intégration. Le cas échéant, le Conseil demande à la Commission parlementaire conjointe d'examiner des questions prioritaires.

Article 26

La Commission parlementaire conjointe présente des recommandations au Conseil du Marché commun, par l'intermédiaire du Groupe du Marché commun.

Article 27

La Commission parlementaire conjointe adopte son règlement interne.

Section V. Forum consultatif économique et social

Article 28

Le Forum consultatif économique et social, organe représentatif des secteurs économique et social, est composé d'un nombre égal de représentants de chaque État Partie.

Article 29

Le Forum consultatif économique et social est un organe consultatif qui présente des recommandations au Groupe du Marché commun.

Article 30

Le Forum consultatif économique et social soumet son règlement intérieur à l'approbation du Groupe du Marché commun.

Section VI. Secrétariat administratif du MERCOSUR

Article 31

Le MERCOSUR est doté d'un Secrétariat administratif qui est un organe d'appui fonctionnel. Le Secrétariat administratif du MERCOSUR, qui est chargé de fournir des services aux autres organes du MERCOSUR, a son siège à Montevideo.

Article 32

Le Secrétariat administratif du MERCOSUR est chargé des activités suivantes :

- I. Tenir les archives officielles de la documentation du MERCOSUR;
- II. Publier et diffuser les règles adoptées dans le cadre du MERCOSUR. À ce titre :
 - i) Effectuer, en coordination avec les États Parties, les traductions officielles en espagnol et en portugais de toutes les décisions adoptées par les organes de la structure institutionnelle du MERCOSUR, conformément aux dispositions de l'article 39;
 - ii) Éditer le Bulletin officiel du MERCOSUR;
- III. Organiser les aspects logistiques des réunions du Conseil du Marché commun, du Groupe du Marché commun et de la Commission du commerce du MERCOSUR et, dans la mesure de ses possibilités, des autres organes du MERCOSUR, lorsque lesdites réunions se tiennent à son siège permanent. Lorsque les réunions se tiennent hors du siège, le Secrétariat administratif du MERCOSUR apporte son appui au pays hôte;
- IV. Informer régulièrement les États Parties des mesures prises par chaque pays pour incorporer à son ordre juridique les règles arrêtées par les organes du MERCOSUR visés à l'article 2 du présent Protocole;
- V. Enregistrer les listes nationales d'arbitres et d'experts, et réaliser d'autres tâches définies par le Protocole de Brasilia, du 17 décembre 1991;
- VI. Exécuter les tâches demandées par le Conseil du Marché commun, le Groupe du Marché commun et la Commission du commerce du MERCOSUR;
- VII. Élaborer son budget prévisionnel et, une fois celui-ci approuvé par le Groupe du Marché commun, prendre toutes les mesures voulues pour en assurer la bonne exécution;
- VIII. Présenter annuellement une reddition de comptes au Groupe du Marché commun et faire rapport sur ses activités.

Article 33

Le Secrétariat administratif du MERCOSUR est dirigé par un directeur ayant la nationalité de l'un des États Parties. Le Directeur est élu par le Groupe du Marché commun, par roulement, après consultation des États Parties, et il est désigné par le Conseil du Marché commun. Son mandat est de deux ans et il n'est pas rééligible.

Chapitre II. Personnalité juridique

Article 34

Le MERCOSUR est doté de la personnalité juridique de droit international.

Article 35

Le MERCOSUR peut, dans le cadre de ses attributions, effectuer tous les actes nécessaires à la réalisation de ses objectifs, notamment s'obliger, acquérir ou aliéner des biens meubles et immeubles, ester en justice, détenir et virer des fonds.

Article 36

Le MERCOSUR signe des accords de siège.

Chapitre III. Système de prise de décisions

Article 37

Les décisions des organes du MERCOSUR sont prises par consensus et en présence de tous les États Parties.

Chapitre IV. Application interne des règles arrêtées par les organes du MERCOSUR

Article 38

Les États Parties s'engagent à adopter toutes les mesures nécessaires pour garantir, dans leurs territoires respectifs, le respect des règles arrêtées par les organes du MERCOSUR visés à l'article 2 du présent Protocole.

Paragraphe unique. Les États Parties informent le Secrétariat administratif du MERCOSUR des mesures adoptées à cette fin.

Article 39

Les décisions du Conseil du Marché commun, les résolutions du Groupe du Marché commun, les directives de la Commission du commerce du MERCOSUR et les sentences arbitrales rendues pour le règlement de différends, ainsi que tout acte que le Conseil du Marché commun ou le Groupe du Marché commun juge nécessaire de rendre public, sont publiés intégralement, en espagnol et en portugais, au Bulletin officiel du MERCOSUR.

Article 40

La procédure ci-après doit être appliquée afin de garantir que les règles arrêtées par les organes du MERCOSUR visés à l'article 2 du présent Protocole entrent simultanément en vigueur dans les États Parties :

i) Une fois la règle approuvée, les États Parties prennent les mesures voulues pour l'incorporer à l'ordre juridique national et notifient lesdites mesures au Secrétariat administratif du MERCOSUR;

ii) Lorsque tous les États Parties l'ont informé de l'incorporation d'une règle à leur ordre juridique interne, le Secrétariat administratif du MERCOSUR en informe chaque État Partie;

iii) La règle entre en vigueur simultanément dans les États Parties 30 jours après la date de la communication faite par le Secrétariat administratif du MERCOSUR en application du paragraphe précédent. À cet effet, dans le délai mentionné, les États Parties annoncent dans leurs journaux officiels respectifs l'entrée en vigueur de ladite règle.

Chapitre V. Sources de droit du MERCOSUR

Article 41

Le droit du MERCOSUR procède des sources suivantes :

I. Le Traité d'Asunción, ses protocoles et les instruments additionnels ou complémentaires;

II. Les accords conclus dans le cadre du Traité d'Asunción et de ses protocoles;

III. Les décisions du Conseil du Marché commun, les résolutions du Groupe du Marché commun et les directives de la Commission du commerce du MERCOSUR, adoptées depuis l'entrée en vigueur du Traité d'Asunción.

Article 42

Les règles arrêtées par les organes du MERCOSUR visés à l'article 2 du présent Protocole ont force obligatoire et, le cas échéant, doivent être incorporées aux ordres juridiques nationaux selon les procédures prévues par la législation de chaque pays.

Chapitre VI. Système de règlement des différends

Article 43

Les différends qui pourraient s'élever entre les États Parties quant à l'interprétation, l'application ou l'inexécution des dispositions du Traité d'Asunción, des accords conclus dans le cadre du Traité, ainsi que des décisions du Conseil du Marché commun, des résolutions du Groupe du Marché commun et des directives de la Commission du commerce du MERCOSUR, sont soumis aux procédures de règlement établies dans le Protocole de Brasilia, du 17 décembre 1991.

Paragraphe unique. Les directives de la Commission du commerce du MERCOSUR sont également incorporées aux articles 19 et 25 du Protocole de Brasilia.

Article 44

Avant que n'aboutisse le processus d'unification du tarif extérieur commun, les États Parties doivent procéder à la révision du système actuel de règlement des différends du MERCOSUR en vue d'adopter le système permanent dont il est question au paragraphe 3 de l'annexe III du Traité d'Asunción et à l'article 34 du Protocole de Brasilia.

Chapitre VII. Budget

Article 45

Le Secrétariat administratif du MERCOSUR dispose d'un budget pour financer ses dépenses de fonctionnement et celles qu'arrête le Groupe du Marché commun. Ce budget est financé, à parts égales, par les contributions des États Parties.

Chapitre VIII. Langues

Article 46

Les langues officielles du MERCOSUR sont l'espagnol et le portugais. La version officielle des documents de travail est celle établie dans la langue du pays où se tient la réunion.

Chapitre IX. Révision

Article 47

Les États Parties convoquent, lorsqu'ils le jugent opportun, une conférence diplomatique en vue de modifier la structure institutionnelle du MERCOSUR établie par le présent Protocole, ainsi que les attributions respectives de chacun de ses organes.

Chapitre X. Entrée en vigueur

Article 48

Le présent Protocole, partie intégrante du Traité d'Asunción, aura une durée indéfinie et il entrera en vigueur 30 jours après la date du dépôt du troisième instrument de ratification. Le présent Protocole et ses instruments de ratification seront déposés auprès du Gouvernement de la République du Paraguay.

Article 49

Le Gouvernement de la République du Paraguay notifiera au gouvernement de chacun des autres États Parties la date du dépôt des instruments de ratification et de l'entrée en vigueur du présent Protocole.

Article 50

En matière d'adhésion ou de dénonciation, les règles établies par le Traité d'Asunción s'appliquent en bloc au présent Protocole. L'adhésion au Traité d'Asunción ou au présent Protocole, ou la dénonciation de l'un d'eux, entraîne, ipso jure, l'adhésion au présent Protocole et au Traité d'Asunción ou la dénonciation de l'un et de l'autre.

Chapitre XI. Disposition transitoire

Article 51

La structure institutionnelle prévue dans le Traité d'Asunción, du 26 mars 1991, ainsi que les organes créés par elle, seront maintenus jusqu'à la date d'entrée en vigueur du présent Protocole.

Chapitre XII. Dispositions générales

Article 52

Le présent Protocole est dénommé " Protocole d'Ouro Preto ".

Article 53

Sont caduques toutes les dispositions du Traité d'Asunción, du 26 mars 1991, qui sont incompatibles avec les termes du présent Protocole et avec la teneur des décisions adoptées par le Conseil du Marché commun pendant la période de transition.

Fait à Ouro Preto (République fédérative du Brésil) le 17 décembre 1994, en un exemplaire unique en langue espagnole et en langue portugaise, les deux textes faisant également

foi. Le Gouvernement de la République du Paraguay remettra une copie certifiée conforme du présent Protocole aux gouvernements des autres États Parties.

Pour la République argentine :

CARLOS SAUL MENEM

GUIDO DI TELLA

Pour la République fédérative du Brésil :

ITAMAR FRANCO

CELSO L. N. AMORIM

Pour la République du Paraguay :

JUAN CARLOS WASMOSY

LUIS MARIA RAMIREZ BOETTNER

Pour la République orientale de l'Uruguay :

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA

SERGIO ABREU

ANNEXE AU PROTOCOLE D'OURO PRETO

PROCÉDURE GÉNÉRALE RÉGISSANT LES RECOURS FORMÉS AUPRÈS
DE LA COMMISSION DU COMMERCE DU MERCOSUR

Article premier

Les recours formés par les États Parties ou par des particuliers (personnes physiques ou morales) conformément à l'article 21 du Protocole d'Ouro Preto, dont les sections nationales saisissent la Commission du commerce du MERCOSUR, sont régis par la procédure établie dans la présente annexe.

Article 2

L'État Partie demandeur forme son recours auprès de la présidence en exercice de la Commission du commerce du MERCOSUR, qui fait le nécessaire pour que la question soit inscrite à l'ordre du jour de la réunion suivante de la Commission, avec un préavis d'au moins une semaine. Si aucune décision n'est adoptée à ladite réunion, la Commission du commerce du MERCOSUR transmet directement le dossier à un comité technique.

Article 3

Le Comité technique établit et présente à la Commission du commerce du MERCOSUR, dans un délai d'au plus 30 jours, un avis concerté sur la question. Cet avis concerté ou, à défaut, les conclusions des experts qui composent le Comité technique, sont pris en considération par la Commission du commerce du MERCOSUR lorsqu'elle statue sur le recours.

Article 4

La Commission du commerce du MERCOSUR statue sur la question lors de la première réunion ordinaire qui suit la réception de l'avis concerté ou, à défaut, des conclusions des experts. Une réunion extraordinaire peut être convoquée à cette fin.

Article 5

Si la Commission du commerce du MERCOSUR ne parvient pas à un consensus lors de la première réunion mentionnée à l'article 4, elle saisit le Groupe du Marché commun des différentes propositions, ainsi que de l'avis concerté ou des conclusions des experts du comité technique, afin que le Groupe du Marché commun prenne une décision sur la question. Le Groupe du Marché commun se prononce dans un délai de 30 jours à compter de la date de réception, par la présidence en exercice, des propositions il a été saisi par la Commission du commerce du MERCOSUR.

Article 6

S'il y a consensus sur la recevabilité du recours, l'État Partie défendeur doit adopter les mesures approuvées par la Commission du commerce du MERCOSUR ou par le Groupe du Marché commun. Dans tous les cas, la Commission du commerce du MERCOSUR ou, en seconde instance, le Groupe du Marché commun fixe un délai raisonnable pour l'application de ces mesures. Si, une fois écoulé ce délai, l'État défendeur ne s'est pas conformé aux dispositions de la décision adoptée soit par la Commission du commerce du MERCOSUR, soit par le Groupe du Marché commun, l'État demandeur peut recourir directement à la procédure prévue au chapitre IV du Protocole de Brasilia.

Article 7

Si la Commission du commerce du MERCOSUR, puis le Groupe du Marché commun, ne parviennent pas à un consensus, ou si l'État défendeur ne se conforme pas, dans le délai prévu à l'article 6, aux dispositions de la décision adoptée, l'État demandeur peut recourir directement à la procédure établie au chapitre IV du Protocole de Brasilia, en prenant le soin d'en informer le Secrétariat administratif du MERCOSUR.

Avant de rendre sa sentence, le tribunal arbitral doit, dans un délai maximum de 15 jours à compter de la date de sa constitution, se prononcer sur les mesures conservatoires qu'il considère appropriées, selon les conditions établies par l'article 18 du Protocole de Brasilia.

RATIFICATION

Brazil

*Deposit of instrument with the
Government of Paraguay: 16
February 1996*

Date of effect: 16 February 1996

*Registration with the Secretariat of the
United Nations: Paraguay, 12 April
2001*

RATIFICATION

Brésil

*Dépôt de l'instrument auprès du
Gouvernement paraguayen : 16
février 1996*

Date de prise d'effet : 16 février 1996

*Enregistrement auprès du Secrétariat
des Nations Unies : Paraguay, 12
avril 2001*

PROTOCOL ON EDUCATIVE INTEGRATION AND RECOGNITION OF CERTIFICATES, TITLES AND STUDIES AT PRIMARY AND SECONDARY NON-TECHNICAL LEVEL (WITH ANNEX). BUENOS AIRES, 5 AUGUST 1994

Entry into force : 6 June 1996, in accordance with article 7 (see following page)

Authentic texts : Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations : Paraguay, 12 April 2001

PROTOCOLE D'INTÉGRATION ÉDUCATIVE ET DE RECONNAISSANCE DES CERTIFICATS, DES TITRES ET DES ÉTUDES AU NIVEAU PRIMAIRE ET SECONDAIRE NON TECHNIQUE (AVEC ANNEXE). BUENOS AIRES, 5 AOÛT 1994

Entrée en vigueur : 6 juin 1996, conformément à l'article 7 (voir la page suivante)

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Paraguay, 12 avril 2001

Participant

Brazil

Paraguay

Ratification

7 May 1996

14 Jun 1995

Participant

Brésil

Paraguay

Ratification

7 mai 1996

14 juin 1995